



THE DISCUSSION OF SEXUAL VIOLENCE IN THE EDUCATION OF LICENSEDS: PREVENTION, CARE AND ACCOUNTABILITY

A DISCUSSÃO DA VIOLÊNCIA SEXUAL NA FORMAÇÃO DOS LICENCIADOS: PREVENÇÃO, ATENDIMENTO E RESPONSABILIZAÇÃO

Flávio Corsini¹; Fernanda Pacheco de Souza²; Matheus José Silva Almeida³

1. Doutor em Educação e Professor da Universidade Federal de Roraima

E-mail: flavio.corsini@ufrr.br

2. Graduanda do Curso de Pedagogia – aluna de Iniciação Científica – CNPq

E-mail: sauritt@gmail.com

3. Aluna de Iniciação Científica do Ensino Médio do Colégio de Aplicação da UFRR
Universidade Federal de Roraima - Campus Paricarana

4. Aluno de Iniciação Científica do Ensino Médio do Colégio de Aplicação da UFRR

Como citar:

CORSINI, Flavio et al. The discussion of sexual violence in the education of licenseds: prevention, care and accountability. In: INTERNATIONAL SYMPOSIUM ADOLESCENCE(S) & FÓRUM (RE)PENSANDO A EDUCAÇÃO, 3, 2017, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Unifesp, 2017. p. 219-236.

DOI: <http://dx.doi.org/10.22388/2525-5894.2017.17>

Resumo: O texto relata a experiência sobre o curso de extensão voltado à temática da Violência Sexual para licenciados. Foram abordados a prevenção, o atendimento e a responsabilização. O referido curso foi aprovado na pró-reitoria de extensão da Universidade Federal de Roraima, com trinta vagas divulgada na página da UFRR e as inscrições realizadas por e-mail. Todo o curso foi na modalidade presencial, aos sábados das 8h às 12h, em seis encontros e atividades extras que somaram 30 horas com certificação emitida pela Pró-reitoria de Assuntos Estudantis e Extensão. As temáticas foram trabalhadas por membros da rede de proteção da criança e que atuam no enfrentamento a esse tipo de violação. A relevância social e acadêmica na formação inicial dos licenciandos na temática em tela foi o principal resultado atingido.

Palavras-chave: Violência Sexual. Criança e Adolescente. Educação.

Abstract: The text reports the experience about the extension course on Sexual Violence for licenseds. Prevention, care and accountability were addressed. This course has been approved by the pro-rectory of extension of the Universidade Federal de Roraima, with thirty places disclosed in the UFRR page and the registrations made by e-mail. The whole course was in classroom mode, on Saturdays from 8am to 12pm, in six meetings, and extra activities that added a total of 30 hours with certification issued by the Of Student Affairs and Extension pro-rectory. The themes were worked by members of the child protection network and others who act facing this type of violation. The social and academic relevance in the initial formation of the graduates in the on-screen theme was the main result achieved.

Keywords: Sexual Violence. Child and Adolescent. Education.

INTRODUÇÃO

O presente artigo visa apresentar o relato de experiência sobre a execução do Curso de Extensão voltado ao tratamento da Violência Sexual, que teve como público-alvo alunos de

licenciatura e cursos afins à problemática em questão da Universidade Federal de Roraima - UFRR. Isso porque a discussão da violência sexual praticada contra crianças e adolescentes é uma questão considerada importante no contexto atual, sobretudo em Roraima em que os índices de ocorrência desse tipo de violação são considerados alarmantes, principalmente os dados referentes às denúncias de abuso sexual no Núcleo de Proteção à Criança e o Adolescente – NPCA¹ e nos registros de atendimento do Conselho Tutelar e dos Centros de Referência Especializado da Assistência Social – CREAS².

Na perspectiva internacional a problemática da violência sexual contra crianças e adolescentes tem sido abordada em documentos como a Declaração dos direitos das crianças de 1989, que foi ratificada pelo Brasil em setembro de 1990, sendo considerada uma das principais denúncias de violação de direitos humanos e sexuais desses sujeitos no âmbito internacional.

Vale ressaltar que a violência sexual contra crianças e adolescentes é considerada pela Organização das Nações Unidas (ONU) uma questão de saúde pública, pois esse tipo de violação de acordo com Lirio (2013), Faleiros (2008) e Ferrari (2002) afeta os sujeitos violados de maneira física e psíquica comprometendo as relações sociais e a saúde mental das vítimas que podem vir a desenvolver situações depressivas que podem inclusive levar a tentativa de suicídio.

Os atendimentos realizados pelos CREAS apontam a necessidade de fortalecer as ações de prevenção, atendimento e responsabilização de maneira articulada e intersetorializada. Verifica-se que nos dados de atendimentos dos CREAS (2010-2015) a maioria dos casos são contra meninas entre 06 e 14 anos de idade. Isso significa que são sujeitos em idade escolar obrigatória e torna a escola um importante equipamento no enfrentamento desse tipo de violação, sobretudo para o processo de identificação de casos e quebra do “pacto de silêncio” que o agressor consegue estabelecer com as vítimas por várias razões e que Lirio (2013) aponta como um dos principais empecilhos para a identificação do fenômeno.

A preocupação com a atuação no campo da educação, que é objeto desse estudo, reside na fragilidade na formação inicial que os cursos de licenciaturas apresentam em relação a abordagens de temáticas contemporâneas como essa questão da violência sexual contra crianças e adolescentes. Lirio (2013) destaca a necessidade de refletir essa problemática no âmbito da educação. Isso justifica a aprovação e a realização do curso por meio da extensão

1 Equipamento da Polícia Civil de Atendimento a crianças e adolescentes vítimas de violência. Não se equipara a uma delegacia especializada.

2 Equipamento da Assistência Social para atendimento especializado de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual e seus familiares.

com vistas a contribuir na preparação dos futuros professores para o processo de identificação e encaminhamento de casos suspeitos de violência sexual.

No Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual (2000) a escola aparece no planejamento de ações no campo da prevenção, responsável por promover iniciativas que visam preparar crianças e adolescentes para a autodefesa e também promover o acesso a informações que podem evitar a ocorrência desse tipo de violação e/ou orientar como identificar casos dessa natureza a partir de sinais apresentados no ambiente escolar.

A proposta do curso de extensão tem a finalidade de promover a reflexão sobre a problemática da violência sexual praticada contra crianças e adolescente e as situações que podem indicar uma potencial vítima. A ação se caracteriza como atividade de extensão pela natureza da proposta e a necessidade de articular a rede de enfrentamento a esse tipo de violação que tem inquietado a sociedade brasileira e em particular a situação de crianças e adolescentes no estado de Roraima.

Desse modo, a ação foi desenvolvida com o objetivo de integrar a UFRR à rede de proteção por meio de atividades dessa natureza, tendo como público os alunos dos cursos de licenciaturas, e convidando membros da rede de proteção (órgãos governamentais e não-governamentais) que atuam na área do enfrentamento da violência sexual para ministrar parte do conteúdo. O propósito é também promover a articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão que garante a qualidade e maior complexidade à formação dos alunos das licenciaturas e áreas afins.

A importância dessa ação se justifica na medida em que discutir a situação de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual com ênfase para o espaço escolar, tem sido considerado fundamental, pois a maioria das vítimas são sujeitos em idade escolar obrigatória devido a idade apresentada no relato dos atendimentos dos CREAS e do NPCA e Conselho Tutelar, em Roraima. Isso reforça a premissa de que a instituição de ensino é considerada um espaço importante para subsidiar uma leitura crítica dos sujeitos acerca da ocorrência desse fenômeno e contribui para a promoção do fortalecimento da rede de proteção.

Também cabe ressaltar que a instituição de ensino se destaca pelo seu caráter formativo e dessa maneira comprometida com o aspecto preventivo em relação a essa problemática. Tanto que no Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual, elaborado em 2000, a educação é alocada no Eixo Prevenção como foi sinalizado anteriormente.

RELEVÂNCIA ACADÊMICA DA PROPOSTA EXECUTADA

Articulado com a pesquisa acadêmica desenvolvida na área da identificação da

problemática e conceituação do fenômeno da violência sexual, registrada na PRPPG com o tema “Cartografia da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes no Estado de Roraima”, a proposta possui sua relevância acadêmica voltada na preparação dos profissionais da educação para poder identificar e encaminhar casos dessa natureza a partir do ambiente escolar.

Isso porque os estudos empreendidos apontam que a maioria das vítimas são crianças e adolescentes em idade escolar obrigatória e a maioria dos registros são de abuso sexual. A invisibilidade da exploração sexual e do tráfico para fins sexuais aponta uma certa negligência social e governamental na identificação e o tratamento do problema, sobretudo, no que tange as políticas públicas de atendimento. Também se verifica poucas iniciativas no campo da prevenção com o objetivo de lidar com o fenômeno de acordo com levantamento realizado por Lirio (2013).

RELEVÂNCIA SOCIAL DA AÇÃO DE EXTENSÃO

Em termos de relevância social a articulação do tripé ensino, pesquisa e extensão é primordial para a formação no ensino superior e dar o retorno que se espera de uma universidade a partir do que se produz, como e para que se produz o conhecimento e a promoção social desse retorno. Se tratando da temática em tela o enfrentamento dessa questão é considerado pelas Organizações das Nações Unidas (ONU) como primordial para o bem estar social, pois esse tipo de violação tem incidência sobre a questão da saúde individual e também coletiva devido a sua repercussão social negativa e os efeitos psíquicos que esse tipo de violência acarreta.

Por essas razões a relevância social da proposta é clara, além da ação ser uma atividade que está em consonância com o Plano de Desenvolvimento (PDI) da UFRR por meio dos objetivos institucionais que enfatizam dentre outras questões de grande relevância acadêmica e social a preocupação com a defesa dos direitos humanos.

2. Contribuir na formação de cidadãos com valores éticos, competência técnica e comprometidos com a construção de uma sociedade mais justa, solidária e igualitária;
3. Construir conhecimentos novos, próprios, através de práticas interdisciplinares, com vistas a uma melhor compreensão da sociedade; [...]
4. Estimular processos de construção de saberes, a partir do conhecimento universal, visando soluções para os desafios amazônicos. (2011, p. 16)

A condição peculiar de localização da UFRR em um estado de fronteira e que tem sido alvo de denúncia de casos de violência sexual, com destaque para o tráfico de pessoas para fins sexuais, sendo essa uma das modalidades da violência sexual de repercussão

nacional e internacional, é uma das condições para o propósito da ação que teve como finalidade o envolvimento institucional e social da UFRR e a rede de proteção. Os objetivos institucionais em destaque sinalizam esse compromisso e dá sentido a relevância social da proposta em destaque que foi aprovado no edital da Pró-reitoria de Assuntos Estudantis e Extensão – PRAE com a finalidade de apoiar eventos de extensão. Esse apoio tem sido fundamental na execução de atividades extensionista, sobretudo por meio do apoio institucional com bolsista de estudos destinados a estudantes com essa finalidade. Isso também contribui na atuação dos estudantes no âmbito da extensão.

VIABILIDADE TÉCNICA DA AÇÃO EXECUTADA

A promoção da formação inicial é o principal objetivo da instituição universitária com vistas a preparar os profissionais para exercerem atividades no campo da licenciatura ou bacharelado nas diversas áreas do conhecimento. A qualidade dessa formação deve ser perseguida em todas as etapas e a diversidade de atividades é o que congrega valor ao preparo do profissional que a UFRR pretende disponibilizar à sociedade. Desse modo, a viabilidade técnica da proposta reside na experiência dos envolvidos no programa por meio das pesquisas e das atividades que têm sido desenvolvidas na área e no tema proposto junto a rede de proteção com expertise no enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes.

Isso demonstra também a capacidade de articulação institucional com a rede de proteção social de crianças e adolescentes que tem atuado de maneira conjunta com a UFRR. Desde 2006 a UFRR participa do Comitê Estadual de Enfrentamento ao Abuso, Exploração Sexual e o Tráfico para Fins Sexuais de Crianças e Adolescentes no Estado de Roraima. Atualmente a coordenação geral do Comitê é da UFRR. A partir dessas parcerias e da experiência acumulada é que a viabilidade técnica da proposta se consolidou em todas as suas etapas. Participaram das atividades psicólogos, assistentes sociais e pesquisadores que atuam na área e de modo especial nos temas abordados – conceituação do fenômeno, formas de prevenção, de identificação e de atendimento de casos, abordagem e responsabilização social.

OBJETIVO GERAL

Promover a formação dos licenciados para atuar na prevenção, identificação e encaminhamento de suspeita de casos de violência sexual.

OBJETIVO ESPECÍFICO DA PROPOSTA

- a) Identificar as dificuldades dos licenciados no tratamento da temática da violência sexual;
- b) Promover ações formativas nas áreas de prevenção, identificação e encaminhamento de

suspeita de casos de violência sexual;

c) Articular a rede de proteção social de crianças e adolescentes no enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes;

d) Levantar estratégias, projetos e programas de ações de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes;

e) Avaliar políticas públicas de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes no estado de Roraima;

Para além de uma formação meramente técnica dos licenciandos a proposta do curso foi de viabilizar uma reflexão crítica sobre a problemática em voga e as ações que tem sido realizadas para enfrentar as situações de violência sexual contra crianças e adolescentes no estado de Roraima.

A ideia é dotá-los não só de informação sobre o que é e como ocorre esse tipo de violação, mas provocar nos participantes uma inquietação sobre formas de atuação e de intervenção seja da sociedade ou do poder público nas áreas de prevenção, atendimento e responsabilização e pensar a sua própria atuação na condição de futuros educadores junto a rede de proteção da criança e do adolescente.

METODOLOGIA

A metodologia empregada consiste em promover encontros de formação a partir de exposição dialogada entre os cursistas e membros da rede de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes. Os encontros versam sobre a problemática de maneira geral com o objetivo de apresentar aos participantes os conceitos sobre as diferentes situações de ocorrência de violência sexual (abuso sexual, exploração sexual e o tráfico para fins sexuais), os diferentes efeitos desse tipo de violação para os sujeitos que sofrem esse tipo de agressão. Um outro aspecto importante é formas de identificação de suspeita de casos, possíveis sinais que crianças e adolescentes podem vir a apresentar na escola e a discussão sobre as formas de abordagem e os possíveis encaminhamentos dos casos dentro da rede de serviços.

Os encontros aconteceram por meio de discussões abertas dialogadas com profissionais da rede de proteção que atuam no enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes a partir das temáticas de prevenção, atendimento, responsabilização, análise de casos e de políticas pública de enfrentamento à violência sexual – perfazendo a carga horária de 30 horas de atividade de formação. 24 horas de encontros presenciais e seis horas de atividades complementares.

Os roteiros e dinâmicas foram preparados por uma equipe técnica composta pelo

professor coordenador da proposta, uma bolsista de extensão selecionada para essa finalidade e dois bolsistas de iniciação científica do ensino médio e uma bolsista de iniciação científica de graduação e uma orientanda de Trabalho de Conclusão de Curso - TCC. Todos os participantes da equipe técnica são envolvidos em projetos de pesquisa na temática em questão.

SELEÇÃO DOS SUJEITOS PARTICIPANTES

A seleção dos participantes foi por meio de inscrições realizadas por e-mail específico e divulgado na página da UFRR. Inicialmente foram ofertadas 30 vagas e devido o volume de inscrições foi ampliado para 50 participantes de diversas licenciaturas e membros da comunidade (alunos de outras faculdades e profissionais da área formados).

A representação dos sujeitos é importante para garantir a pluralidade de ideias e de atuações possíveis na escola e fora dela. Isso porque o fenômeno da violência sexual contra criança e adolescente requer um olhar diverso, sobretudo no processo de identificação de casos.

Por isso o propósito de se trabalhar com os alunos dos cursos de licenciaturas de maneira especial, pois essa ação pode vir a contribuir com a quebra do “pacto de silêncio” que é muito comum ocorrer entre o sujeito agressor e os sujeitos violados.

Dessa maneira, a equipe analisou as inscrições e homologou todas as que foram encaminhadas. Um total de 50 inscrições, sendo um aluno externo (de outra faculdade) e uma profissional formada, que apesar de não serem o público-alvo da ação, são importantes para ampliar a abrangência da ação e promover a interação da discussão com sujeitos externos à instituição.

CRONOGRAMA DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

No primeiro encontro realizou-se uma dinâmica intitulada “Rede de relacionamento” em que cada participante se identificou e expôs suas expectativas com relação ao curso. Na construção da rede foi formada uma roda e em seguida utilizado dois barbantes coloridos em que era lançada a ponta do barbante entre um e outro participante formando assim a rede enquanto ocorriam os relatos. O objetivo era identificar a importância de construirmos uma rede de relacionamentos para o fortalecimento de um trabalho em equipe.

Após a dinâmica assistimos ao documentário “Canto de Cicatriz” dirigido por Laís Chaffe do ano de 2005, onde foram expostos depoimentos de vítimas que sofreram violência sexual como abuso e exploração sexual. Foi realizada outra dinâmica em duplas em que um falava suas observações sobre o documentário e outro tinha que apenas ouvir, após a primeira

escuta foi trocado as duplas. A dinâmica tinha como objetivo a importância de saber ouvir alguém que pode ser ou que pode ter sido vítima de violência sexual. E por fim duas integrantes da equipe de apoio apresentaram brevemente as formas de violência contra crianças e adolescentes.

No segundo encontro foi apresentado a ideia de infância e os sintomas de poder utilizados pelo adulto em relação à criança. Realizou-se uma dinâmica com a entrega de frases em pedaços de papel para cada integrante do curso, nas frases eram escritos os sentimentos que geralmente as crianças expressam ao serem vítimas de abuso sexual, e ao ler discutíamos sobre o que essas crianças sofriam ao conviver com o agressor e as práticas de abuso contra ela. Durante a dinâmica foram escritos no quadro palavras que representava a infância, destacando a criança com o objetivo de se posicionar no lugar da vítima de violência sexual.

Após a dinâmica foram apresentados para os participantes do curso as características de abuso sexual e a rotina do atendimento para com as vítimas de violência sexual no Centro de Referência Especializada de Assistência Social- CREAS. Essa atividade foi importante para desmistificar determinadas ideias sobre possíveis efeitos e comportamentos associados a exposição a uma situação de violência sexual.

No terceiro encontro foi abordado o tráfico de pessoas e exploração sexual, após a leitura da cartilha “Trilha de Maria” da Rede Um Grito pela Vida foi levantado à discussão sobre o tráfico de pessoas, na sequência a equipe organizadora lançou um desafio intitulado de “A caça ao tesouro”. A brincadeira era encontrar uma das participantes do curso, que anteriormente um dos integrantes da equipe já havia escondido, assim foram distribuídos pistas ao redor do prédio, onde foi realizado o curso, para que pudessem encontrá-la. O objetivo era simular um resgate de alguém que tivesse sido vítima do tráfico de pessoas, e assim vivenciar os obstáculos durante a busca e a forma de acolhimento da vítima no momento que é encontrada e a rede que deve ser mobilizada para solucionar esse tipo de problema.

Após a dinâmica foram apresentados trechos de filmes onde eram expostas as diversas formas de como o tráfico funciona, bem como o perfil das vítimas e dos aliciadores que também compunham uma forte rede envolvida com o tráfico de mulheres para a exploração sexual. Foi levantada a questão de que o estado de Roraima é localizado dentro de uma tríplice fronteira (Brasil-Venezuela-Guiana Inglesa) o que facilita para que a rede de tráfico atue no recrutamento e transporte, sobretudo de mulheres. A BR 174 foi identificada pela PESTRAF (2002) como uma das rotas que liga Manaus a fronteira com a Venezuela, passando por Roraima.

No quarto encontro os participantes do curso realizaram estudos de casos de abuso

sexual, em que puderam identificar a vítima, o agressor, e o que poderia ter sido feito para que fosse evitado o abuso sexual, quais as consequências para a vítima e as possibilidades de superação do trauma. A equipe dividiu o grupo em três para discutir e desenvolver um exercício de análise de caso, após suas conclusões, cada grupo teve quinze minutos para apresentar o relato e a identificação do caso. O tipo de apresentação foi escolhido por cada um, sendo que um grupo resolveu apresentar o relato por meio de dramatização teatral e os demais grupos utilizaram cartazes com desenhos e frases expressivas com relação ao abuso sexual estudado.

No quinto encontro foi realizada a brincadeira do “telefone sem fio”, o objetivo treinar a capacidade de ouvir, fundamental no caso da escuta de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual e o repasse daquilo que se ouve, para que não ocorra o processo de revitimização.

Após essa dinâmica foram distribuídos desenhos feitos por crianças, suspeitas de violência sexual, para os participantes em duplas. Este exercício tinha como finalidade identificar se a criança que desenhou havia sido ou não vítima de algum tipo de violência sexual. Após o exercício foram discutidos todos os desenhos com o grupo para um melhor esclarecimento sobre a possibilidade de revelação de casos por meio de desenhos, pois a criança e o adolescente pode revelar uma violência a partir da escrita e da arte de desenhar.

No sexto e último encontro foi realizada uma avaliação com os participantes do curso com relação à equipe de apoio, a coordenação, infraestrutura, conteúdo abordado, qual a contribuição na formação dos discentes, a relevância social da informação, o modo de aplicação e discussão das temáticas, a clareza e coesão na discussão do conteúdo, o dinamismo, a criatividade, as expectativas, além de sugestões e críticas ao curso ministrado.

Na sequência foi entregue um questionário a ser respondido pelos participantes do curso, nele constavam perguntas relacionadas ao conteúdo trabalhado ao longo do curso. Após as respostas utilizou-se cartões vermelho e amarelo, para identificar na perspectiva dos participantes, respectivamente, o que considera, como mentira ou verdade. O curso de extensão foi concluído com um momento de confraternização.

ELEMENTOS TEÓRICOS QUE FUNDAMENTARAM A AÇÃO PROPOSTA

O curso de extensão voltado à formação dos licenciados na área do enfrentamento à violência sexual entre outros elementos teóricos foram trabalhados os conceitos relacionados às diferentes formas de ocorrência desse tipo de violação: abuso sexual, exploração sexual e tráfico para fins sexuais. A distinção entre essas diferentes formas de ocorrência ainda que sutis no que concerne o tipo de violência, guardam peculiaridades que são importantes serem

observadas para o processo de identificação do fenômeno, os mecanismos de abordagem, de encaminhamentos e atuação da rede nas áreas de prevenção, atendimento e responsabilização.

Para Azevedo e Guerra (1997), a violência sexual é grave e considerada como um problema de saúde pública em razão das consequências psicossociais que os sujeitos violados e seus familiares sofrem. A compreensão sobre a ocorrência desse problema é fundamental para detectar as consequências “nefastas” que esse tipo de violação pode vir a provocar no desenvolvimento cognitivo, afetivo e social de crianças e adolescentes, além dos familiares e que muitas vezes são imensuráveis, sobretudo nos aspectos psíquicos enfatizados por Habigzang e Caminha (2004). Dificuldades de relacionamentos, fobias em relação ao contato são alguns reflexos provocados por esse tipo de violação.

A Declaração dos Direitos da Criança (1989), em seu artigo 19, considera a violência sexual contra criança e adolescente como sendo “à venda de crianças, à prostituição infantil e à pornografia infantil.” Destaca-se que essa violação se constitui em um desrespeito aos direitos humanos sexuais da população infantojuvenil. A violência sexual pode ser classificada em abuso sexual, exploração sexual e o tráfico para fins sexuais e são considerados elementos sociais, culturais e econômicos que contribuem para a sua ocorrência.

ABUSO SEXUAL

O abuso sexual é o que maior tem registro de ocorrência nas portas de entradas da rede de proteção da criança e adolescentes: Conselho Tutelar, Núcleo de Proteção à Infância e área de saúde e da educação. O disque 100 apresenta um alto índice de registros de denúncias referentes a esse tipo de violação com duas características básicas: a maioria são meninas e com idade entre sete e quatorze anos de idade. Essas características reforçam a problemática de gênero sinalizada por Saffioti (2004).

De acordo com Azevedo e Guerra (1987) o abuso sexual é considerado como toda e qualquer atitude sexual entre um adulto ou adolescente, contra a criança e/ou adolescente independente da orientação sexual – heterossexual, homossexual ou bissexual do agressor ou do sujeito que sofre a violência. Esse tipo de violação se caracteriza por meio do objetivo da relação que é o estímulo sexual com a finalidade de obter o prazer sexual pelo adulto. Nesse sentido a vítima é considerada um objeto, pois não tem condições psíquicas para compreender e definir de maneira consciente sobre esse tipo de relação. Lirio (2013) ressalta que o crime é determinado pelo poder que o adulto ou adolescente exerce através dos mecanismos de coerção e/ou sedução em relação a criança ou adolescente.

Para Antoni & Koller (2002, p. 87, grifo noss),

São contatos ou interações sexuais entre menino ou menina e pessoa com mais idade, com mais experiência – adulto ou até mesmo adolescente mais velho [...]

A criança é utilizada como objeto de prazer para outra pessoa satisfazer suas necessidades sexuais. Esses contatos podem ocorrer mediante força, promessas, coação, ameaças, manipulação emocional, enganos, ou pressão.

Salienta-se que a prática do abuso sexual é, portanto, uma agressão na qual a criança e o adolescente são submetidos a determinadas práticas libidinosas com ou sem o contato físico de acordo com as considerações de Kristensen (2001). A violência é decorrente da falta de maturidade da criança e do adolescente para lidar com as questões ligadas as atividades sexuais, sendo estes considerados como dependentes do abusador e manipulado pelo sujeito agressor, conforme Lirio (2013). Lemer (2002) define que a ação violenta de adulto ou mesmo um adolescente contra uma criança e adolescente e tem como finalidade obter o prazer sexual seja por meio de uma relação física, constrangimento através de telefonema obsceno ou ainda via internet (trocas de fotos de crianças e adolescentes ou redes sociais). São diferentes dinâmicas que envolvem vítima e agressor/a, bem como graus de complexidade de sua ocorrência e que pode vir a definir os efeitos que esse tipo de violência provoca nos sujeitos violados, podendo ser eles físicos, psíquicos e/ou sociais.

A seguir as considerações sobre a exploração sexual que tem o elemento do abuso sexual, mas devido a questão da troca e/ou relação comercial a violação toma outros contornos e se diferencia em relação ao abuso sexual.

EXPLORAÇÃO SEXUAL

Leal (2002), por ocasião da Pesquisa Nacional sobre o Tráfico de Pessoas com Fins Sexuais Comerciais (PESTRAF) e que identificou no território brasileiro diversas rotas nacionais e internacionais passou a utilizar a Exploração sexual como um termo auxiliar na definição da prática de prostituição que no Brasil não é criminalizada.

A exploração sexual é considerada uma prática criminosa porque de acordo com Costa, Rosa e Leite (2005), é um abuso sexual praticado mas que se diferencia por meio da venda de serviços sexuais caracterizados pelo tráfico, do turismo sexual, da pornografia, agenciamento pessoal ou por outra pessoa, que tem como característica básica a oferta e demanda por serviços sexuais e que visa lucro ou troca em favor dos benefícios sexuais com criança e adolescente. Nessa relação elas são tratadas como objeto sexual comercial. A questão é a menoridade que impede que esses sujeitos sejam submetidos a esse tipo de prática. Por essas razões Taquette (2007, p. 59) considera que a exploração sexual é:

[...] algum tipo de transação comercial ou alguma troca e/ou benefício em

dinheiro, ofertas ou bens por intermédio da exploração sexual de menores de 18 anos. Ocorre uma relação de mercantilização e abuso de poder do corpo de crianças e adolescentes por exploradores sexuais (mercadores) organizados em redes de comercialização local ou global (mercado) e por consumidores de serviços sexuais pagos (demanda).

Essa situação provoca na criança e no adolescente um sofrimento duplicado, pois as vítimas são usadas pelos agressores – porque praticam a violência sexual e pelos exploradores que lucram com os serviços sexuais. Leal (2002, p. 20) considera que “a criança e o adolescente não têm sido considerados sujeitos, mas objetos da dominação dos adultos, tanto através da exploração do seu corpo no trabalho, quanto de seu sexo e da sua submissão”, e considerado pela Organização das Nações Unidas (ONU) como uma das piores formas de trabalho escravo da era moderna.

TRÁFICO PARA FINS SEXUAIS

Para fins desse estudo a definição teórica do tráfico para fins sexuais é importante para o processo de formação dos licenciados para um entendimento mais situacional dessa prática devido a BR 174 e as fronteiras com a Venezuela e a Guiana que facilitam os destinos para os garimpos da região e acesso à Europa, o Suriname, entre outros destinos turísticos litorâneos. O tráfico para fins sexuais é considerada uma das formas de ocorrência da exploração sexual praticada contra criança e adolescente e para Leal (2007, p. 18):

No tráfico de pessoas para fins de exploração sexual, o valor de uso da mercadoria se baseia na qualidade, na utilidade e na necessidade do consumidor e do próprio mercado, e neste caso, trata-se do prazer proporcionado por meio dos serviços sexuais, elementos que determinam a demanda crescente por este comércio de sexo em nível transnacional.

Vale ressaltar em termos internacionais a importante definição sobre a problemática do tráfico instituída por meio do Protocolo de Palermo (2000) que define:

[...] o tráfico de pessoas é o recrutamento, o transporte, a transferência, o alojamento ou a recolha de pessoas, pela ameaça de recursos, à força ou a outras formas de coação, por rapto, por fraude, e engano, abuso de autoridade ou de uma situação de vulnerabilidade, ou através da oferta ou aceitação de pagamentos, ou de vantagens para obter o consentimento de uma pessoa que tenha autoridade sobre uma outra para fins de exploração (termos do protocolo de Palermo, art. 2º bis, alínea a).

Ballone (2005) enfatiza que esse comportamento sexual causa dano e afeta a formação sexual da criança ou adolescente, sendo irrelevante o seu consentimento na consideração de uma prática criminosa. Mas o chamado pacto de silêncio é mais comum

nesses casos, inclusive pelas autoridades que tendem a omitir a sua ocorrência.

Abuso, exploração e tráfico para fins sexuais constituem a prática da violência sexual que de acordo com Sanderson (2005) são compreendidas a partir de uma gama de práticas sexuais com ou sem o contato físico entre sujeitos vítimas desse tipo de violência e o sujeito agressor. O autor afirma ainda que esse tipo de ação pode vir a ocasionar o surgimento de alguns sinais como hematomas, traumas nas regiões oral, genital e retal, coceira, inflamação e infecção nas áreas genital e retal, doenças sexualmente transmissíveis, gravidez, doenças psicossomáticas e desconforto em relação ao corpo. São violências físicas e/ou psicológicas que marcam o corpo e atinge a “alma”.

O caráter formativo nessa área é fundamental, pois de acordo com Miranda e Yunes (2007, p. 168):

A denúncia ou notificação de uma situação de abuso sexual em qualquer contexto requer ações e intervenções interdisciplinares que não dependem, em sua eficácia, de atitudes isoladas. [...] há que se considerar uma etapa prioritária neste processo que envolve a participação de pessoas-chave, que devem estar preparadas para identificar, reconhecer e compreender os indícios da existência de uma situação abusiva. Isso pressupõe um conhecimento específico que raramente é tratado nos cursos de graduação das diferentes áreas das ciências humanas e sociais nas universidades [...] e, tampouco, integra a formação de professores nos cursos de magistério.

Dessa maneira, o curso procurou focar as definições gerais sobre as questões da violência sexual de modo a preparar os sujeitos da área da educação. O Guia Escolar (2004, p.84), elaborado pelo Ministério da Educação apresenta a definição de rede, considerada primordial para o entendimento da estrutura de atendimento com papéis e atribuições de cada serviço voltado ao enfrentamento das diferentes formas de ocorrência da violência sexual, sendo a formação uma das importantes questões observadas para preparar os educadores para o fortalecimento da rede de proteção de crianças e adolescentes contra a violência sexual. O eixo Prevenção é o que congrega as ações voltadas à educação. No plano nacional foram previstas as seguintes ações “Inclusão de conteúdos sobre os direitos das crianças e dos adolescentes e de prevenção à violência sexual nos currículos em toda a rede de ensino e em todos os níveis” (BRASIL, 2000, p. 17).

Para Freire (2006), essa perspectiva se fundamenta por meio de uma concepção de “escola Cidadã” disseminada no final da década de 1980. Na concepção de Freire a finalidade de uma escola cidadã é espelhar bem o contexto social no qual os educandos estão inseridos, de modo que eles reflitam a realidade e sejam sujeitos de sua própria história. Isso porque de acordo com Santomé (2004, p. 06)

[...] Uma escola comprometida com a justiça social tem de incluir estes temas como conteúdos dos programas para os estudantes. É obrigatório se queremos formar cidadãos, ou seja, pessoas com informação e competências para analisar e avaliar a vida quotidiana não só da sua comunidade como a dos povos mais distantes.

Desse modo, a formação dispensada por meio do curso de extensão para alunos de licenciatura, que estão se preparando para atuarem no campo da educação é fundamental. Isso porque a temática abordada é de extrema delicadeza e como afirma Santomé a formação cidadã é um dos pilares da educação e a preparação das famílias e dos alunos para o enfrentamento dessa problemática é primordial nesse contexto.

RESULTADOS

A formação de licenciados para o enfrentamento a violência sexual, promovida pelo curso de extensão alcançou os seguintes resultados:

- 30 licenciados receberam as orientações básicas para lidar com o fenômeno da violência sexual no espaço escolar nos aspectos da identificação e do encaminhamento de suspeita de casos;
- promoveu o fortalecimento e a articulação da rede de enfrentamento a partir da sensibilização dos estudantes de licenciaturas na busca de conhecimentos nessa área;
- contribuição para a quebra do pacto de silêncio e a diminuição da incidência da violência sexual contra crianças e violência a partir da disseminação da informação do fenômeno no âmbito da escola;
- ampliação da inserção da UFRR em ações de enfrentamento à violência sexual contra criança e adolescente oferecendo aos alunos de licenciatura formação específica para terem condições de agir no espaço escolar. Isso porque a formação inicial dos cursos de licenciaturas não enfatizam essas questões.

À GUISA DE CONCLUIR

O presente artigo lança um olhar sobre a problemática da violência sexual contra crianças e adolescentes. Nas duas últimas décadas (1990-2010), a mobilização social pressionou as organizações governamentais na mobilização para o enfrentamento dessa situação. Isso fez com que a violência sexual passasse da esfera privada para o *status* de um problema público e social. Desse modo, diversas ações têm sido realizadas pela sociedade (governo e sociedade civil) com vistas a promover uma resposta a esse tipo de violência que tem se propagado em todo o território nacional.

A violência sexual contra criança e adolescente ainda é uma prática recorrente e evidencia a necessidade de ações como essa para fortalecer a rede de enfrentamento. O Brasil passou a ter maior iniciativa a partir de 2000 com a instituição do Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes e as revisões realizadas na última década.

Isso porque o problema da violência sexual contra criança e adolescente como foi apresentado ao longo do texto se trata de um fenômeno que passou a ter maior evidência na década de 2000 da divulgação da PESTRAF - Pesquisa sobre o Tráfico de Pessoas - em 2002. No entanto, desde 2003 a maioria dos casos de atendimento registrados nos CREAS são referentes ao abuso sexual e a maioria das vítimas meninas com idade entre sete e quatorze anos de idade, portanto, em idade escolar obrigatória. Por isso a escola tem se tornado um equipamento importante na rede de proteção.

Devido o alto índice de casos registrados no NPCA e nos Conselhos Tutelares e os atendimentos realizados nos Centros de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS) indicaram a necessidade e a relevância da proposta de estruturação do o curso de extensão com o intuito de trabalhar a temática da violência sexual contra crianças e adolescentes junto aos licenciados. A ação contribui na promoção do fortalecimento da rede de proteção e a diminuição da incidência desse tipo de violação.

A formação além de sensibilizar e preparar os futuros professores, também de certa maneira os comprometem com a causa. Sendo a ação uma importante sinalização da UFRR dos direitos humanos no contexto transfronteiriço do estado de Roraima e à preocupação com a formação inicial dos licenciandos, utilizando a extensão como um meio eficaz de ampliação da formação curricular e a sua qualidade.

Vale ressaltar que a participação agregou conhecimento técnico e teórico na discussão do problema e uma interação importante entre a rede e os futuros profissionais da área da educação que tiveram a oportunidade de ter acesso a informações qualificadas sobre a problemática em questão. Sendo uma das questões que apareceram com maior evidência na avaliação final do curso aplicada no último encontro. Dessa maneira, é possível afirmar que os objetivos foram satisfatoriamente atingidos.

É pensando nessa perspectiva de retribuição social que o curso de extensão foi elaborado. E cabe destacar que a estratégia e/ou proposta de execução de ações de enfrentamento a esse tipo de violência cometida contra crianças e adolescentes a partir das escolas é importante desde que os sujeitos estejam preparados e convencidos de sua necessidade e que as condições objetivas relacionadas à estrutura, pessoal especializado para tratamento da temática, recursos financeiros e de intersetorialidade entre as políticas públicas

(educação, enfrentamento à violência sexual, saúde, assistência social, entre outras) sejam resolvidas para a operacionalização das ações no âmbito das escolas possa ocorrer. Isso não significa transferir a responsabilidade dessa problemática para a escola, mas promover um compartilhamento entre os diferentes sujeitos.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, M. A.; GUERRA, V. N. A. (a) **Infância e Violência doméstica**. v.1, São Paulo: LACRI-USP, 1997.

BALLONE G.J, ORTOLANI I.V. **Crime Sexual Serial**. Disponível em: <www.psiqweb.med.br>. Acesso em: 19 jan 2014.

BRASIL. IBGE/Cidades. Censo, 2010.

_____. Cadernos de Formação para o Enfrentamento da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes. Brasília: SEDH, 2007.

_____. Guia escolar: Métodos para Identificação de Sinais de Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes/ Benedito Rodrigues dos Santos... et AL, Rita Ippólito: coordenação técnica 2. Ed. Brasília: Secretaria Especial de Direitos Humanos e Ministério da Educação, 2004.

_____. Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil. Natal, 2000.

CASTANHA, Neide. In: O PROCESSO DE REVISÃO DO PLANO NACIONAL - RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO 2007-2008. Brasília: **Comitê Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Criança e Adolescente**, 2008.

COSTA, C. A.; ROSA, C. e LEITE, J. **Jovens prostituídas: trajetória e cotidiano**. [Relatório de Pesquisa]. Corumbá: UFMS: CREIA, 2005.

DE ANTONI, C. & KOLLER, S. H. Violência Doméstica e Comunitária. In: CONTINI, M. L. J. & KOLLER, S. H. **Adolescência e psicologia: concepções, práticas e reflexões críticas**. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Psicologia, 2002. p. 85-91

FALEIROS, Vicente de Paula e FALEIROS, Eva Silveira. **Escola que protege: enfrentando a violência sexual contra crianças e adolescentes**. 2. Ed. Brasília: Unesco/MEC, 2008.

FERRARI, Dalka C. A. e Vencini, Tereza C. C. (orgs.). **O fim do silêncio na violência familiar Teoria e Prática**. São Paulo: Editora Agora, 2002.

FREIRE, P. **Educação na cidade**. 7. Ed. São Paulo: Olho d'água, 2006.

HABIGZANG, L. F. & Caminha, R. M.. **Abuso sexual contra crianças e adolescentes: Conceituação e intervenção clínica**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

KRISTENSEN, C. H.; FLORES, R. Z.; GOMES, W. B. **Revelar ou não revelar: uma abordagem fenomenológica do abuso sexual em meninos**. In: BUINS, M. A. T; HOLANDA, A. F. **Psicologia e Pesquisa Fenomenológica**. São Paulo: Ômega, 2001.

LEAL, Maria Lúcia Pinto, LEAL, Maria de Fátima P. (Orgs.). **Relatório da PESTRAF**. Brasília: CECRIA, 2002.

LEAL, Maria Lúcia Pinto e LEAL, Maria de Fátima; LIBÓRIO, Renata Maria Coimbra (org.). **Tráfico de Pessoas e violência sexual**. Brasília: Violes/UNB, 2007.

LEMER, Théo. **A atuação do profissional de saúde frente a situações de abuso sexual**. In: MALLAK, Linda Simone e VASCONCELOS, Maria Gorete O. M. (orgs.). *Compreendendo a violência sexual em uma perspectiva multidisciplinar*. São Paulo: Fundação Orsa Criança e Vida, 2002.

LIRIO, F. C. **Avaliação da implementação das ações de enfrentamento ao abuso sexual contra crianças e adolescentes em escolas públicas de ensino fundamental do bairro do Guamá – Belém/PA**. 2013 232f. Tese (Doutorado em Educação) – UFPA, Belém.

MIRANDA, Ângela Torma e YUNES, Maria Ângela Mattar. **O ato de denúncia de abuso sexual conta crianças e adolescentes no ambiente escolar**. In: LEAL, Maria Lúcia Pinto, Maria de Fátima Pinto & LIBÓRIO, Renata Maria de Coimbra (Orgs.). *Tráfico de pessoas e violência sexual*. Brasília: Editora UNB, 2007. pp. 167 – 190

ONU. **Convenção Sobre os Direitos da Criança**. Adotada pela Assembleia das Nações Unidas em 20 de novembro de 1989. Disponível em:
<http://www.unicef.org/brazil/pt/resources_10120.htm> Acesso em: 01 set. 2010.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA. **Plano de Desenvolvimento Institucional**. Boa Vista: Editora da UFRR, 2011.

Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional Relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em Especial Mulheres e Crianças, adotado em Nova York em 15 de novembro de 2000.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2004.

SANDERSON, C. **Abuso sexual em crianças**: Fortalecendo pais e professores para proteger crianças de abusos sexuais. São Paulo, SP: M. Books do Brasil, 2005.

SANTOMÉ, Jurjo Torres. **A imperiosa necessidade de uma teoria e prática pedagógica radical crítica:** Diálogo com Jurjo Torres Santomé. Currículo sem Fronteiras, v. 4, n. 2, p. 5-32, Jul./Dez. 2004.

TAQUETTE, S. R. **Mulher Adolescente/Jovem em situação de Violência.** Propostas de intervenção para o setor saúde: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2007.

UNICEF – **Convenção sobre os direitos da criança.** Adaptada pela Assembleia Geral nas Nações Unidas em 20 de Novembro de 1989.